

FRENTE ELEITORAL «POVO UNIDO»

Continua por todo o País a divulgação das listas unitárias

Continuam a ser divulgadas em todo o País as listas de candidatos da Frente Eleitoral Povo Unido.

Em Vila Nova de Famalicão o eng. António Pinheiro Braga encabeça a lista para a Câmara Municipal, que inclui — entre outros — nos nomes do empregado bancário José Monteiro Reina, do profissional de seguros Carlos Ângelo Barros Cardoso de Sousa, da professora primária Maria Fernanda Tiago Frazão e do afinador têxtil José Manuel Morais Marques.

O advogado Artur Augusto de Sá encabeça a lista para a Assembleia Municipal, seguindo-se-lhe José Maria Leite de Freitas Sampaio, engenheiro, Manuel Faria de Carvalho, afinador têxtil, Francisco Alves, empregado de escritório, e António Martins Ribeiro Pádua Lobo, mestre afinador.

Entretanto, encontra-se já a funcionar a sede da Comissão Concelhia da POVO UNIDO, na Rua Mousinho de Albuquerque (frente à estátua de D. Maria II).

Também no distrito de Leiria foram divulgados os cabeças de lista das dezasseis Câmaras Municipais que o constituem. Assim, em **Alecoça** na Câmara aparece José Timóteo de Matos, enquanto o primeiro nome para a Assembleia Municipal é o de Joel Artur Rodrigues. Em **Ansião** os primeiros nomes para a Câmara e Assembleias Municipais são respectivamente Fernando Freire e António Prazeres Dias. Por sua vez em **Alvaiáze** os nomes de António Lourenço e Mário Siqueira encabeçam as listas para a Câmara e Assembleia Municipal. Para a Câmara do **Bombarral** está indicado José Célio, enquanto para a Assembleia Municipal o primeiro nome é Emídio Santos. Na **Batalha** João Manuel Alves Crachar e Helder Espírito Santo são os primeiros nomes das listas para a Câmara e Assembleia, enquanto nas **Caldas da Rainha** os mesmos lugares são ocupados por Afrlando Rosendo e António Alfredo Aniceto. Em **Castanheira de Pera**, Francisco Lameira e Manuel José integram as listas para a Câmara e Assembleia Municipal. Em **Figueiró dos Vinhos** os primeiros nomes são Alfredo e Joaquim Rocha, enquanto em **Leiria** aparecem Fernando Canais e Fernando Vendeirinho como primeiro nomes das listas para a Câmara e Assembleia Municipal. Em **Peniche** os mesmos lugares são ocupados por Carlos Alberto Mota e David Malheiros, no **Pombal** a lista para a Câmara é chefiada por Jorge Crispiniano. Em **Porto de Mós** aparecem José Carlos Nogueira e Luís António Carreira como primeiros nomes das listas para a Câmara. Na **Marinha Grande** os primeiros das listas são José Henriques Vareda e Francisco

Vareda e Pedrosos; na **Nazaré** Fernando Pedro Trigo R. Soares é o primeiro na lista para a Câmara e Ermelinda Rodrigues Soares a primeira na lista da Assembleia Municipal. Em **Óbidos** os mesmos lugares são preenchidos por José Manuel Hipólito Aurélio e Eugénio Bonifácio dos Santos. Finalmente em **Pedrogão Grande** as listas são encabeçadas por Luis Manuel Paiva Lopes e Albano Dinis.

A Frente Eleitoral POVO UNIDO apresentou ainda no distrito quarenta e uma listas concorrentes às Assembleias de Freguesia.

Também em Lisboa prossegue a divulgação de listas ou do POVO UNIDO ou apresentadas a sufrágio com o apoio da Frente Eleitoral. Na freguesia de **S. João** uma lista «unitária e independente formada por cidadãos progressistas» foi, em devido tempo, entregue no tribunal respectivo. Na **Sorefame** um grupo de trabalhadores constituiu-se em Comissão de Apoio à POVO UNIDO, tendo já realizado uma sessão onde foram apresentados os objetivos que se propõe a Frente nas próximas eleições. Por seu lado no **Barreiro** um grupo de jovens, após reunião convocada para o efeito, decidiu constituir uma Comissão Juvenil Unitária de apoio à POVO UNIDO.

SORTEIO DAS LISTAS EM VALONGO

O sorteio das listas concorrentes às eleições para as autarquias locais, realizado no 3.º Juízo Civil de Valongo, forneceu os seguintes resultados: para a Câmara de Valongo — 1.º, CDS; 2.º, POVO UNIDO; 3.º, PS; 4.º, PSD. Assembleias de Freguesias: Alfena — 1.º, PS; 2.º, PSD; 3.º, POVO UNIDO; 4.º, CDS; Campo — 1.º, POVO UNIDO; 2.º, PSD; 3.º, PS; Ermesinde — 1.º, POVO UNIDO; 2.º, CDS; 3.º, GDUP; 4.º, PS; 5.º, PSD; Sobrado — 1.º, Lista Independente de Sobrado; 2.º, CDS; 3.º, PS; 4.º, PSD; Valongo — 1.º, PS; 2.º, PSD; 3.º, POVO UNIDO; 4.º, CDS.

PRÓXIMOS COMÍCIOS

Serão apresentados em Coimbra, no decurso de um comício a realizar hoje a partir das 21 e 30 no Pavilhão da Palmeira, os candidatos da POVO UNIDO pelo concelho de Coimbra. Participam no comício José Manuel Tengarrinha, Carlos Luís Figueira, José Júlio Couceiro e Ivo Cortesão todos da Comissão Nacional.

Também em Azeitão, freguesia do concelho de Setúbal, será proximamente realizado um comício de apresentação de todos os elementos candidatos à Assembleia da Freguesia,

Assembleia Municipal e Câmara Municipal de Setúbal.

ALGUNS NOMES DA COMISSÃO NACIONAL DA FRENTE POVO UNIDO

Até ao momento a Comissão Nacional da Frente Eleitoral POVO UNIDO abrange já um leque de mais de quinhentas personalidades de diversa condição social, mas unidas pelos ideais da defesa da democracia, da Constituição e dos interesses reais e concretos das populações. Na edição de «o diário» de ontem revelamos os nomes que encabeçam as listas da Comissão Nacional em cada distrito; hoje apresentamos mais alguns nomes. Assim, na lista de **Aveiro** aparecem António Augusto Silva, António Neto Brandão, Flávio Sardo, João Sarabando, Aristides Sousa, João Severo Marques Gonçalves, Manuel Freire, Manuel Lima Bastos e Manuel Strecht Monteiro; em **Beja**, Alberto Semão Veríssimo, António Calisto, Carlos Góis, Dinis Miranda, Irene da Conceição Mosa, João Santos Soares, Joaquim Baltazar Vidinha, José Martins Rocha, Manuel de Abreu, Maria de Lurdes Cruz, Rui José Sousa Viana e Vítor Borrallho; em **Braga**, surgem Agostinho Oliveira, Alberto Jorge Silva, António Cândido de Azevedo Lavado, Dá Mesquita, Humberto Soeiro, José Manuel Mendes, José Manuel Morais Marques, José Sampaio, Manuel da Silva, Maria do Saneiro Vale, Mário Fernando Peixoto dos Santos, Pinheiro Braga, Santos Simões, Teixeira e Castro e Victor Sá. Em **Bragança**, aparecem na Comissão Nacional Albino Mendo, Ferreira da Cunha, Firmino Campos, Francisco Araújo Ribeiro, João Vicente, Manuel Ribeiro, Manuel Santos Trigo, Manuel Loreto, Maria da Anunciação Soares Alves e Nuno Álvares Maia; por **Castelo Branco**, fazem parte, entre outros, Carlos Alberto da Silva Ferreira, Carlos Pires Correia, Gasção Nunes, João Falcão, José Pais Martins, Manuel Gonçalves de Almeida, Manuel Salvado Sanches, Orlando Batista e Vasco Silva; por **Coimbra**, António Avelãs Nunes, António Reis, Carlos Luís Figueira, Carlos Manuel Lourenço Dias, Helena Carrington, Ivo Cortesão, João Pimentel Neves, José Cruz Dinis, José Marques, Luís Albuquerque, Maria Colaço Carvalho, Mário Rui Veiga Condexa Dias, Rui Carrington da Costa, Rui Climaco e Severo de Melo. Em **Évora**, surgem, entre outros, Adalino Rodrigo Bragado, António Branco Filipe, Fernando Galego, Francisco Amante, J. Pinheiro Alves, João Paulo, João Polido Valadas, Joaquim José de Carvalho, José Francisco Nunes Condeço, Joseph

Maria Cardoso, Manuel Vicente, Maria Augusta Ruivo, Paulo Lencastre e Manuel Charrua; por

Faro, Arsénio Catuna, Carlos Alberto Barnabé, Carlos Durão, Reis Carreiro, Filipe Severino Afonso Ramires, João Brito Vargas, João Ventura Duarte, José Veloso, Júlio Viegas Nunes, Luís Catarino, Maria Luísa Ernesto, Manuel Campos Lima e Sara Ribeiro Café; na **Guarda**, António José Dias Almeirim, Joaquim Espada de Sousa, Maria do Céu Teresa Jesus, Luís Amoreira, José António Picharra Tracana e Mário Canotilho; em **Leiria**, surgem os nomes de António Alfredo Aniceto, António Prazeres Dias, Carlos Mota, Celso Dengucho, Custódio Maldonado Freitas, Francisco Gomes Duarte, Henrique Neto, Hernâni Santos, Horácio Filipe, José Célio, José Gabriel Marques Romão, José Henrique Vareda, José Manuel Alves Crachar, José Manuel Rodrigues Louro, Avevino Colaço, Manuel Sousa Baridó, Maria João Franco, Miguel Franco e Paulo Silvestre; em **Lisboa**, aparecem Adília Silvério, Albergino Almeida, Alberto Branco, Alcina Bastos, Alexandre Cabral, Alfredo Esteves Belo, Álvaro Salema, Veiga de Oliveira, Américo Costa Pereira, Ana Maria Matos, António Anselmo Anibal, António Costa Leal, António Garcia, Silva Graça, Antunes da Silva, Airundo Vicente, Aurélio Santos, Aurora Murteira, Bárbara Lopes, Borges Coelho, Cândida Aguiar, Carlos do Carmo, Carlos Carvalhas, Carlos Costa, Dalila Rocha, Duarte Vidal, Eduardo Pedroso, Eugénio Rosa, Fernando Cortez Pinto, Fernando Grade, Francine Benoit, Georgette Freire, Henrique Oliveira e Sá, Goucha Soares, Helena Cidade Moura, Helena Félix, Henrique Ruivo, Inês de Carvalho, Jaime Serra, Jerónimo de Sousa, Joaquim Benite, José Pinto Correia, José Manuel Tengarrinha, José Salvado Sampaio, José Viana, Júlio Vidal, Lúlia Pessoa, Lopes Graça, Ludgero Pinto Basto, Luís Francisco Rebelo, Luisa Irene Dias Amado, Manuel Ferreira, Manuel Sá Marques, Maria Eugénia Varela Gomes, Maria Lamas, Maria Lúcia Namorado, Marinela Coelho, Mário Bruxelas, Mário Ruivo, Marques Pinto, Orlando Gonçalves, Pitacas Antunes, Rogério Fernandes, Rose Nery Nobre de Melo, Rui Carneiro, Rui Mário Gonçalves, Sá Nogueira, Sérgio Carvalhal Duarte, Teresa Ventura, Urbano Távares Rodrigues e Vasco Magalhães Vilhena; por **Portalegre** surgem Alexandre Rebelo Cardoso, António Gaspar dos Ramos, Feliciano Falcão, Jorge Arranhado, Maria Leonor Maia Xavier e Nunes Gracinhas.

É preciso pôr fim aos abusos de poder

por LUDGERO PINTO BASTO

Penso que seria bom chamar a atenção do público e dos poderes constituídos para um fenómeno inquietante que vem a avolumar-se dia-a-dia: o do regresso a práticas "do antigamente" na actividade da PSP e corporações similares. É claro que nem todos (como aliás já acontecia no tempo do fascismo), nem por certo a maior parte dos membros daquelas corporações participam nessas práticas, mas o mal é que tais práticas sejam ressuscitadas e que qualquer cidadão, por mais pacífico que seja, possa vir a ser vítima delas.

Tenho sabido de casos vários de espancamentos nas esquadras, de prisões arbitrárias, de abusos de autoridade. Por agora quero referir um, do meu conhecimento directo, que me parece bastante repressivo. E, se cada um assim proceder, é possível que consigamos a fazer a tempo o tratamento desta praga e portanto a profilaxia da sua disseminação.

Mas vamos ao caso:

No dia 25 de Outubro, perto das 23 horas, uma empregada do hospital onde trabalho (Hospital de Santa Marta) foi interceptada por dois polícias, próximo do cinema Tivoli, ao entrar na rua de St.ª Marta, quando se dirigia ao hospital para fazer o turno da noite que lhe cabia em escala na enfermaria do nosso serviço.

Os termos em que um dos polícias se lhe dirigiu não foram de correção exemplar, como certamente também não foram de recorte académico os termos em que a funcionária hospitalar protestou (enquanto tirava da carteira os seus papéis de identidade) contra o facto de ser incomodada e interrompida no seu caminho para o trabalho, quando as numerosas prostitutas que passavam ou estacionavam na rua não eram objecto de qualquer diligência policial.

Do diálogo resultou que a empregada dos Hospitais Cívicos de Lisboa, apesar de identificada como tal, foi levada sob prisão, a pé e com o natural escândalo público, dali para a esquadra da Praça da Alegria, onde lhe foi levantado um auto por "ofensas à autoridade".

Depois disso, em vez de seguir o seu destino até decisão judicial, isto é, em vez de ir cumprir a sua missão profissional, foi levada para o Governo Civil onde ficou presa, misturada com prostitutas e outros marginais, até às 12 horas do dia seguinte. Aliás só saiu então mediante intercessão do Administrador do Hospital, que teve de invocar a falta que a funcionária fazia ao serviço.

Entretanto, o turno da noite da enfermaria respectiva ficou sem empregada, com evidente prejuízo dos doentes e do restante pessoal de serviço.

Nessa mesma tarde foi a funcionária responder ao Tribunal dos Pequenos Delitos cujo juiz, "atendendo a que tinha dito sempre a verdade", a condenou a 30 (ou 90?) dias de prisão, remíveis a 30\$00 por dia, pena esta suspensa por dois anos, e a uma multa de 370\$00 que tem de pagar já.

Pergunto eu: como se pagam as ofensas aos cidadãos, os abusos de autoridade, as prisões arbitrárias, os prejuízos causados pela falta forçada de um funcionário ao seu serviço, quando isto resulta de acção policial? Pode o ofendido, quando é polícia, infligir penas a quem considera ofensor? E quando não é polícia, não pode o ofendido pedir contas ao ofensor, sendo este polícia? Pode prender-se uma cidadã pacífica, provocada e ofendida por agentes de autoridade, por ter respondido à provocação e pode ao mesmo tempo proceder-se à libertação de reconhecidos criminosos à espera de julgamento ou mesmo já julgados e condenados? Pode a actividade judicial **exercer-se** com tamanha presteza quando se trata de condenar uma trabalhadora que seguia o seu caminho para o trabalho e foi induzida a "responder torto" a quem a importunava, enquanto protela por meses e mesmo anos o processo e o julgamento de pides e bombistas? Podem reprimir-se com tal rigor estas "ofensas à autoridade" enquanto recrudescem os roubos, os assaltos à mão armada, as agressões e assassínios, os incêndios criminosos, o contrabando, o tráfico de droga, etc., etc., com a impunidade a que todos assistimos confrangidos e assustados?

• Eminentíssimo médico, especialista em endocrinologia

NOVO ANO ESCOLAR NO IAEM

«Só com implantação da competência será possível resolver problemas»

- afirmou o General Rocha Vieira

"Só quando a competência estiver solidamente implantada entre nós será possível resolver e ultrapassar os muitos problemas com que nos defrontamos. Até lá, as questões só parcialmente são resolvidas e geram-se tensões que estão na base de procedimentos incorrectos e prejudiciais, quantas vezes aproveitados ou incentivados do exterior por forças políticas movidas por interesses divergentes dos nossos" - afirmou, ontem de manhã, o general Rocha Vieira, Chefe do Estado-Maior do Exército, no decorrer da sessão solene de abertura do novo ano escolar do Instituto de Altos Estudos Militares, em Pedrouços, a que

presidiu.

Na mesa, além de Rocha Vieira, encontravam-se o general Vasco Lourenço, comandante da Região Militar de Lisboa e Governador Militar de Lisboa, o vice-almirante Souto Cruz, Chefe do Estado-Maior da Armada, o general Morais da Silva, Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, e o director do Instituto, general Nunes da Silva.

Na assistência, entre outros oficiais, estava presente a grande maioria dos conselheiros da Revolução.

Num discurso dirigido sobretudo aos militares, o chefe do Estado-Maior do Exército começou por dizer que "a

renovação de qualquer instituição nacional assenta fundamentalmente na evolução dos procedimentos e das mentalidades dos homens que lhes dão vida". Após ter-se referido promenorizadamente à formação dos quadros no Exército, Rocha Vieira viria a terminar salientando: "Na verdade, se queremos ultrapassar as actuais dificuldades, temos de nos dedicar completamente à valorização pelo trabalho assumindo assim uma atitude que se traduzirá por actos e não por palavras e que significará de forma exemplar uma clara rejeição do derrotismo e apatia do espírito que tem constituído obstáculo a uma verdadeira

renovação em vários sectores da sociedade portuguesa".

Antes, o general Nunes da Silva, director do Instituto, havia usado da palavra, tendo-se referido fundamentalmente às carências ali existentes e às inovações introduzidas.

De acordo com uma nota distribuída aos jornalistas, no IAEM, criado em 1911 com a designação de Escola Central de Oficiais funcionam actualmente dois cursos, onde, para além de se ministrarem matérias essencialmente militares, se leccionam outras de cultura geral, tais como psicologia, sociologia, economia, direito e informática.

PUB.

FRENTE ELEITORAL



POVO UNIDO

AMANHÃ, ÀS 14 HORAS

PLENÁRIO DISTRITAL

em BEJA

Cine-teatro Pax-Julia com Helena Cidade Moura e Luís Sá